



**PROTOCOLO COMPLEMENTAR AO ACORDO-QUADRO SOBRE COOPERAÇÃO EM
APLICAÇÕES PACÍFICAS DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA ESPACIAIS, CELEBRADO
ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA
PARA O DESENVOLVIMENTO CONJUNTO DO SATÉLITE ARGENTINO-
BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO SOBRE RECURSOS HÍDRICOS,
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

A República Federativa do Brasil

e

A República Argentina
(doravante referidas como "as Partes"),

Com o propósito de fortalecer a cooperação no uso pacífico da tecnologia espacial;

Com o objetivo de intensificar a promoção e participação da tecnologia espacial no desenvolvimento social, econômico e cultural de ambos os países;

Considerando os termos do Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, assinado em Buenos Aires, em 9 de abril de 1996, doravante referido como "Acordo-Quadro".

Considerando os termos do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro, assinado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001.

Tendo tomado conhecimento do Programa de Trabalho do Satélite Argentino-Brasileiro de Informações Ambientais sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente, elaborado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e pela Comisión Nacional de Actividades Espaciales.

Acordam o que segue:

ARTIGO 1º

1. Com base nos artigos 2 e 3 do Acordo-Quadro, as Partes iniciarão, no mais curto prazo, o Programa de Cooperação para a construção e lançamento do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente (SABIA-3), mediante o desenvolvimento, lançamento, operação e exploração dos dados do satélite SABIA-1 (doravante referido como “Programa de Cooperação”).

2. As Partes definirão detalhes da missão em documento técnico, doravante denominado “Relatório de Trabalho”, levando em consideração o estágio atual e futuro da oferta internacional de dados satelitais nas áreas de Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente.

ARTIGO 2º

1. O Grupo de Trabalho Conjunto Argentino-Brasileiro sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, doravante referido como “GT Conjunto”, estabelecido no artigo 7º do Acordo-Quadro coordenará o Programa SABIA entre a Argentina e o Brasil, a instância que encaminhará soluções necessárias para sua implementação.

2. As Partes estabelecerão o Comitê de Implementação do Projeto SABIA (doravante “Comitê de Implementação”) a fim de supervisionar a implementação técnica e administrativa do Programa SABIA, sob supervisão do GT Conjunto.

ARTIGO 3º

As Partes concordam que, dentro de 30 dias a partir da entrada em vigor deste Protocolo, a composição, o mecanismo operacional, os elementos de ligação e os coordenadores do Comitê de Implementação, através de canais diplomáticos.

ARTIGO 4º

A Parte Brasileira designa o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Parte Argentina designa a Comissão Nacional de Atividades Espaciais para implementar as atividades relacionadas com este Protocolo.

ARTIGO 5º

O GT Conjunto, para o Programa de Cooperação SABIA, terá as seguintes responsabilidades:

1. Coordenar o desenvolvimento do Programa de Cooperação;
2. Determinar o plano de desenvolvimento a longo prazo do Programa de Cooperação;
3. Determinar política geral de aplicação dos produtos do Programa de Cooperação;
4. Fazer recomendações sobre diretrizes e políticas de cooperação para os respectivos governos;
5. Coordenar e solucionar conflitos e problemas surgidos durante a implementação do Programa de Cooperação;
6. Orientar e acompanhar as atividades do Comitê de Implementação;
7. Avaliar os relatórios do andamento do programa submetidos pelo Comitê de Implementação.

2. O Comitê de Implementação terá as seguintes responsabilidades:

1. elaborar a proposta orçamentária, o cronograma, o planejamento e a divisão dos trabalhos do Programa de Cooperação;
2. gerenciar o desenvolvimento e coordenar a solução dos problemas técnicos do Programa de Cooperação;
3. coordenar as atividades dos quatro segmentos do Programa de Cooperação: desenvolvimento de satélites; serviços de lançamento dos satélites; telemetria, rastreamento e controle (TT&C);
4. executar as ações que lhe sejam atribuídas pelo GT Conjunto;
5. informar o andamento do Programa de Cooperação ao GT Conjunto.

ARTIGO 6º

A entrada e saída de equipamento e materiais da outra Parte, assim como as provisões para entrada, saída e residência de nacionais da outra Parte necessários para a implementação do Programa de Cooperação serão reguladas pelo Artigo 5 do Acordo-Quadro.

ARTIGO 7º

As Partes concordam que cada uma participará com 50 (cinquenta) por cento do total do investimento do Programa de Cooperação e assumirá as tarefas de desenvolvimento conforme o acordado no Relatório de Trabalho.

ARTIGO 8º

Caso uma das Partes necessite adquirir serviços, peças, componentes ou equipamentos que estejam sob sua responsabilidade para completar suas obrigações no âmbito do Programa de Cooperação, a prioridade para tais aquisições dar-se-á nos termos do Artigo I do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro, de 14 de agosto de 2001.

ARTIGO 9º

As atividades a serem desenvolvidas para o lançamento do satélite SABIA-1 serão divididas em bases igualitárias, nos termos do artigo 1º do Protocolo Adicional ao Acordo Quadro de 14 de agosto de 2001.

ARTIGO 10

As Partes, com base no princípio de investimentos de idêntica proporção, terão direitos iguais de utilização dos produtos do Programa de Cooperação. A utilização dos produtos por um terceiro país pode ser autorizada apenas mediante consentimento mútuo das Partes.

ARTIGO 11

As Partes examinarão a conveniência do estabelecimento de "joint ventures" para a comercialização e/ou distribuição dos produtos do Programa SABIA a terceiros países.

ARTIGO 12

As Partes dividirão igualmente a operação e controle do satélite SABIA-1, com responsabilidades específicas, conforme descritas no Relatório de Trabalho.

ARTIGO 13

As Partes concordam em assinar um Acordo de Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites para Recursos Terrestres dentro de, no máximo, seis meses da entrada em vigor deste Protocolo.

ARTIGO 14

Os aspectos relacionados aos direitos de propriedade intelectual do Programa de Cooperação, onde aplicáveis, serão objeto de acordos específicos que levem em consideração as legislações nacionais de cada país e as normas internacionais aceitas por ambas as Partes.

ARTIGO 15

Controvérsias referentes à interpretação ou aplicação deste Protocolo deverão, em princípio, ser solucionadas por consultas mútuas entre as Partes por via diplomática.

ARTIGO 16

Pendências oriundas das deliberações do Comitê de Implementação serão submetidas, sob solicitação de qualquer das Partes, ao Grupo de Trabalho Conjunto.

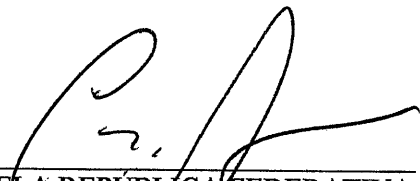
ARTIGO 17

Este Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura.

ARTIGO 18

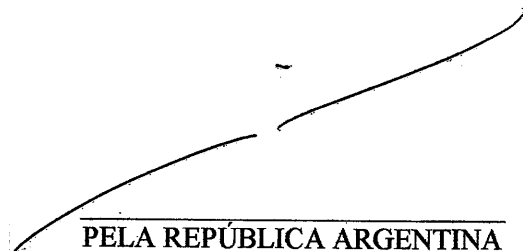
1. Este Protocolo permanecerá em vigor por cinco anos. Será automaticamente renovado por períodos iguais e sucessivos de cinco anos, a não ser que uma das Partes notifique a outra Parte através de canais diplomáticos, com um mínimo de seis meses de antecedência, de sua intenção de denunciá-lo.
2. Este Protocolo pode ser denunciado por qualquer das Partes através de canais diplomáticos, e seus efeitos cessarão seis meses após a data de recebimento da notificação de denúncia da outra Parte.
3. Salvo contrariamente acordado entre as Partes, a notificação de denúncia não afetará os programas e projetos em andamento.
4. Este Protocolo pode ser emendado por acordo escrito entre as Partes, negociado pelos canais diplomáticos.

Feito em Puerto Iguazú, em 30 de novembro de 2005, em dois originais, nos idiomas português e espanhol, ambos os textos sendo igualmente autênticos.



PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro das Relações
Exteriores



PELA REPÚBLICA ARGENTINA

RAFAEL ANTONIO BIELSA
Ministro das Relações
Exteriores, Comércio
Internacional e Culto

PROTOCOLO COMPLEMENTARIO AL ACUERDO MARCO SOBRE COOPERACIÓN EN
APLICACIONES PACÍFICAS DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA ESPACIALES, CELEBRADO
ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y LA REPÚBLICA ARGENTINA
PARA EL DESARROLLO CONJUNTO DEL SATÉLITE BRASILEÑO-ARGENTINO
DE INFORMACIÓN SOBRE RECURSOS HÍDRICOS, AGRICULTURA
Y MEDIO AMBIENTE

La República Federativa del Brasil

y

La República Argentina
(en adelante denominadas las "Partes"),

Con el propósito de fortalecer la cooperación en el uso pacífico de la tecnología espacial entre Brasil y Argentina,

Con el objetivo de intensificar la promoción y participación de la tecnología espacial en el desarrollo social, económico y cultural de ambos países,

Considerando los términos del Acuerdo Marco sobre Cooperación en Aplicaciones Pacíficas De Ciencia y Tecnología Espaciales, celebrado entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Argentina, suscripto en Buenos Aires 19 de abril de 1996, en adelante denominado "Acuerdo Marco",

Considerando los términos del Protocolo Adicional al Acuerdo Marco, firmado en Buenos Aires, el 14 de agosto de 2001,

Acuerdan lo siguiente:

ARTÍCULO 1

1. Con base en los artículos 2º y 3º del Acuerdo Marco, las Partes iniciarán en el menor plazo posible, el Programa de Cooperación para la construcción y lanzamiento del Satélite Argentino-Brasileño de Información sobre Recursos Hídricos, Agricultura y Medio Ambiente (SABIA), mediante el desarrollo, lanzamiento, operación y explotación de los datos del satélite SABIA-1 (en adelante mencionado "Programa de Cooperación").

2. Las Partes definirán los detalles de la misión en un documento técnico, en adelante denominado "Informe de Trabajo", teniendo en cuenta la situación actual y futura de la oferta internacional de datos satelitales en las áreas de Recursos Hídricos, Agricultura y Medio Ambiente.

ARTÍCULO 2

1. El Grupo de Trabajo Conjunto Argentino-Brasileño sobre los Usos Pacíficos del Espacio Exterior, en adelante mencionado como "Grupo de Trabajo Conjunto", establecido en el artículo 7° del Acuerdo Marco, supervisará el Programa SABIA entre Brasil y Argentina y será la instancia que dispondrá las soluciones necesarias para su implementación.

2. Las Partes establecerán el Comité de Implementación del Proyecto SABIA, en adelante denominado "Comité de Implementación", que coordinará la implementación técnica y administrativa del Programa SABIA, bajo la supervisión del Grupo de Trabajo Conjunto.

ARTÍCULO 3

Las Partes acuerdan definir, por vía diplomática, dentro de los 30 días a partir de la entrada en vigencia de este Protocolo, la composición, el mecanismo operativo, los elementos de enlace y los coordinadores del Comité de Implementación.

ARTÍCULO 4

La Parte Brasileña designa al Instituto Nacional de Investigaciones Espaciales (INPE) y la Parte Argentina designa a la Comisión Nacional de Actividades Espaciales para implementar las actividades relacionadas con este Protocolo.

ARTÍCULO 5

El Grupo de Trabajo Conjunto, para el Programa de Cooperación SABIA, tendrá las siguientes responsabilidades:

1. Coordinar el desarrollo del Programa de Cooperación;
2. Determinar el plan de desarrollo a largo plazo del Programa de Cooperación;
3. Determinar la política general aplicable a los productos del Programa de Cooperación;

4. Hacer recomendaciones sobre las directrices y políticas de cooperación a los respectivos Gobiernos;
5. Coordinar y solucionar los conflictos y problemas surgidos durante la implementación del Programa de Cooperación;
6. Orienta y acompañar las actividades del Comité de Implementación;
7. Arpobar los informes de evolución de los programas sometidos por el Comité de Implementación.

2. El Comité de Implementación tendrá las siguientes responsabilidades:

1. Elaborar la propuestas de presupuesto, el cronograma, el planeamiento y la división de trabajos del Programa de Cooperación;
2. Gerenciar el desarrollo y coordinar las soluciones de los problemas técnicos del Programa de Cooperación;
3. Coordinar las actividades de los cuatro segmentos del Programa de Cooperación;
4. Ejecutar ñas acciones que le sean atribuídas por el Grupo de Trabajo Conjunto;
5. Informar sobre el desarrollo del Programa de Cooperación al Grupo de Trabajo Conjunto.

ARTÍCULO 6

La entrada y salida de equipos y materiales de la otra Parte, así como las provisiones para la entrada, salida y residencia de nacionales de la otra Parte, necesarias para la implementación del Programa de Cooperación, se regularán según el artículo 5° del Acuerdo Marco.

ARTÍCULO 7

Las Partes acuerdan que cada una participará con el 50 (cincuenta) por ciento del total de la inversión del Programa de Cooperación y asumirá las tareas de desarrollo según lo acordado en el Informe de Trabajo.

ARTÍCULO 8

En caso de que una de las Partes necesite adquirir servicios, piezas, componentes o equipos que estén bajo su responsabilidad para completar sus obligaciones en el contexto del Programa de Cooperación, la prioridad para tales adquisiciones se dará en los términos del Artículo 1° del Protocolo Adicional al Acuerdo Marco del 14 de agosto de 2001.

ARTÍCULO 9

Las actividades a desarrollarse para el lanzamiento del satélite SABIA-1 se dividirán en bases igualitarias, en los términos del del Artículo 1° del Protocolo Adicional al Acuerdo Marco del 14 de agosto de 2001.

ARTÍCULO 10

Las Partes, con base en el principio de inversiones de idéntica proporción, tendrán derechos iguales de utilización de los productos del Programa de Cooperación. La utilización de los productos por parte de un tercer país puede ser autorizada solo mediante el consentimiento mutuo de las Partes.

ARTÍCULO 11

La Partes examinarán la conveniencia del establecimiento de un "joint venture" para la comercialización o distribución de los productos del Programa SABIA a terceros países.

ARTÍCULO 12

Las Partes compartirán en forma igualitaria la operación y control del satélite SABIA-1, con responsabilidades específicas, a ser descriptas en el Informe de Trabajo.

ARTÍCULO 13

Las Partes acuerdan firmar un Acuerdo de Seguridad Técnica Relacionada al Desarrollo Conjunto de los Satélites para Informaciones Ambientales dentro de, como máximo, seis meses desde la entrada en vigencia de este Protocolo.

ARTÍCULO 14

Los aspectos relacionados a los derechos de propiedad intelectual del Programa de Cooperación, donde sean aplicables, serán objeto de acuerdos específicos que tomen en cuenta las legislaciones nacionales de cada país y las normas internacionales aceptadas por ambas Partes.

ARTÍCULO 15

Las controversias referidas a la interpretación o aplicación de este Protocolo deberán ser objeto de consultas mutuas entre las Partes por vía diplomática.

ARTÍCULO 16

Los litigios originados en las discusiones del Comité de Implementación serán sometidos, a pedido de cualquiera de las Partes, al Grupo de Trabajo Conjunto.

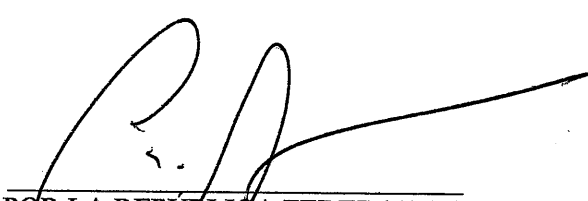
ARTÍCULO 17

Este Protocolo entrará en vigencia en la fecha de su firma.

ARTÍCULO 18

1. Este Protocolo permanecerá en vigencia por cinco años. Será automáticamente renovado por períodos iguales y sucesivos de cinco años, a no ser que una de las Partes notifique a la otra Parte a través de los canales diplomáticos, con un mínimo de seis meses de anticipación, de su intención de declarar finalizado este Protocolo.
2. Este Protocolo puede ser dado por finalizado por cualquiera de las Partes a través de los canales diplomáticos y sus efectos cesarán seis meses después de la fecha de recepción de la notificación.
3. Salvo que se acuerde lo contrario entre las Partes, la notificación de finalización no afectará los programas y proyectos en marcha.
4. Este Protocolo puede ser enmendado a través de un acuerdo escrito entre las Partes, negociado por los canales diplomáticos.

Hecho en Puerto Iguazú, el 30 de noviembre de 2005, en los idiomas portugués y español, siendo ambos textos igualmente auténticos.



POR LA REPÚBLICA FEDERATIVA
DEL BRASIL



POR LA REPÚBLICA ARGENTINA